

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Edson Silva

UFPE/UFPG

edson.edsilva1@gmail.com

Resumo:

Os povos indígenas no Nordeste com suas mobilizações vêm ocupando o cenário sociopolítico regional, questionando os discursos que advogam a inexistência de índios na região. As reflexões sobre as relações entre uma história indígena e uma história socioambiental procura discutir as interações entre os povos indígenas e a condições de vida nos ambientes onde habitam, evidenciando as relações de poder, o acesso e a utilização de recursos naturais pelos indígenas. A partir dessa perspectiva buscamos compreender o povo indígena Xukuru do Ororubá, habitantes nos municípios de Pesqueira e Poção no Semiárido pernambucano.

Palavras-chave: índios, História, história socioambiental; Semiárido, mobilizações políticas

Introdução

Os povos indígenas no Nordeste vem ocupando cada vez mais espaços no cenário sociopolítico regional, questionando os tradicionais discursos e imagens que ainda advogam a inexistência, a extinção ou o gradual desaparecimento dos índios na Região. Até bem recentemente, os indígenas no Nordeste foram desconsiderados nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais, numa visão baseada em concepções da mestiçagem ou aculturação, propagada após a extinção oficial dos aldeamentos a partir de meados do século XIX.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos foram chamados de “caboclos”, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, pensadas em vias de extinção. Escritores renomados, intelectuais e pesquisadores como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, ou ainda antropólogos como Darcy Ribeiro, só para citar alguns dentre os nomes mais conhecidos, quando se referiram aos índios se remeteram a um passado idílico, omitindo a presença de diversos povos indígenas no interior do atual Nordeste brasileiro.

Os povos indígenas no Semiárido nordestino retomaram suas mobilizações desde as primeiras décadas do século XX, conquistando o reconhecimento do Estado brasileiro com a instalação de postos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ainda que a atuação desse órgão governamental tenha sido muito assistencialista, sem garantir, de fato, as terras indígenas. Os indígenas no Nordeste, vivenciaram processos históricos que resultaram nas mobilizações

sociopolíticas atuais pelas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos. Pensar os povos indígenas no Semiárido nordestino na perspectiva de uma História Socioambiental é realizar o exercício de pesquisas, estudos e reflexões buscando estabelecer as relações entre esses grupos humanos e as condições de vida no Ambiente onde habitam. Ou seja, contribuir para discussões na perspectiva histórica que evidenciem as relações de poder, o acesso e a utilização de recursos naturais pelos povos indígenas. Em nossa proposta de abordagem, privilegiamos os grupos socialmente excluídos – no caso, os indígenas – nas suas interações com o Ambiente, o Semiárido nordestino.

Os brejos como lugares de fertilidade no Semiárido: os conflitos com os índios

São nos brejos do Semiárido nordestino que nascem a maioria dos rios existentes na Região. Em Pernambuco, por exemplo, os rios Capibaribe, Una e Ipojuca nascem em brejos, correm para o litoral desaguando no Oceano Atlântico. Com cerca de 250 km de extensão, tendo um terço do seu curso intermitente, o rio Ipojuca foi um dos caminhos da colonização portuguesa para o interior, concentrando, ao longo do seu percurso, a maior concentração demográfica urbana do Agreste pernambucano, abrangendo vários municípios, dentre os quais a conhecida e importante centro regional que é a cidade de Caruaru. A sobrevivência humana nessa região do Semiárido pernambucano está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras, bem como aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno nos quais uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos constituídos de espaços subsumidos (manchas ou bolsões) diante da aridez acentuada do clima predominante.

Historicamente, o Agreste vem desempenhando as funções de fornecedor de gêneros alimentícios e de mão de obra para a Zona da Mata canavieira e para o litoral, por meio das migrações sazonais. O Agreste recebe pequena quantidade de chuvas, é caracterizado pelas “formas ásperas, os solos rasos e não raro pedregosos, a flora dominante da caatinga e a hidrografia intermitente” (MELO, 1980, p. 173), onde ocorrem estiagens e secas periódicas, muitas vezes calamitosas, agravando a qualidade dos solos e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Próximo ao Vale do Ipojuca estão os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, em Pesqueira, e o de Poção, no município vizinho do mesmo nome, além do brejo da Serra do Bituri, localizado entre os municípios de Sanharó, Belo Jardim e Brejo da Madre de Deus.

No Agreste/Semiárido as disputas pelas regiões úmidas e pelas fontes de água são intensas. Ocorreram muitos conflitos nas terras do antigo Aldeamento de Cimbres (Pesqueira) entre os

fazendeiros invasores e seus primeiros moradores, os índios. Os brejos das serras, com isso, foram sendo usados como refrigério para o gado, em períodos de longas estiagens. A expansão pastoril cada vez mais acentuada, restringindo, assim, as lavouras indígenas de subsistência. A apropriação das terras pelos fazendeiros criadores de gado e o cultivo de pastagens representaram um novo ciclo de relações socioambientais na região. Ao índio pequeno agricultor cabia utilizar as terras agora consideradas alheias, porque em mãos dos fazendeiros, cediam glebas para cultivo e moradia. Em troca, o morador indígena plantava o capim para o gado, alimentado com restolhos da lavoura do morador.

Os brejos possuem solos profundos, matas de serras e cursos d'água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, com lavoura do feijão, mandioca, café e cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980). Durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos no Agreste/Semiárido pernambucano abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as existente em bairros do Recife. Estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas apontaram o papel sociohistórico do Agreste a nível regional no Nordeste, com a importante função de fornecedora de produtos alimentícios agropastoris, matérias-primas e disponibilidade de mão de obra para as povoações litorâneas. Além de atividades pecuárias, bem como a policultura com uma variedade de frutas, legumes e outros produtos agrícolas, o Agreste foi considerado, portanto, um dos espaços dinâmicos da economia brasileira. (MELO, 1980; SOBRINHO, 2005).

O Vale do Ipojuca, por onde corre o rio Ipojuca, estende-se desde a nascente do referido rio na zona rural do município de Arcoverde, localizado quase na metade do estado de Pernambuco, até a cidade de Gravatá, na fronteira entre o Semiárido e a Zona da Mata pernambucana. Essa região do Agreste/Semiárido tornou-se passagem quase que obrigatória para quem se destinava da capital ao interior mais distante e foi sendo densamente povoado a partir da rota de expansão da colonização portuguesa, inicialmente seguindo o curso do rio Ipojuca. No Agreste pernambucano, e mais precisamente no Vale do Ipojuca, entre 1850-1900 ocorreram significativas transformações socioambientais com a expansão e decadência da lavoura do algodão (1860-1880), a conhecida grande e trágica Seca de 1877 e a extensão da ferrovia do Litoral até Caruaru em 1895 e posteriormente a outras regiões mais distantes do litoral.

Os impactos socioambientais da ferrovia

A conclusão da Estrada de Ferro Central de Pernambuco entre Recife a Caruaru, em 1894, foi saudada com bastante entusiasmo como símbolo do progresso para o município que representava o

portal do Agreste. Antes da estrada de ferro, naquela região do Semiárido “devido à ausência dos meios de transporte, os legumes e cereais ali apodrecem nos ano de fartura” (ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 1882, p. 46). O trem, portanto, além da segurança, era facilidade do transporte e do escoamento da produção, pois “grande quantidade de solas, couros, algodão, queijo, feijão, etc.” (ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 1882, p. 46) foi enviada para a capital, como informava, em 1884, o engenheiro Henrique Milet ao Ministério da Agricultura.

Todavia, a expansão ferroviária favoreceu o aumento da produção agroindustrial no Agreste/Semiárido pernambucano, também provocou o desmatamento e o uso indiscriminado dos mananciais de água naquela região, agravando a situação em períodos de estiagens prolongadas e secas. O estudo de um geógrafo em 1956 descrevia a região na qual se localizam os brejos da Serra do Ororubá (atualmente Pesqueira) com de solo arenoso e pedras, clima semiárido e também semiúmido, onde, durante boa parte do ano, predominava a seca. O gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate. Existiam pequenos roçados, pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas, os sítios, que permaneciam nas mãos de umas poucas famílias indígenas. Mas, com a agroindústria ocorria desmatamento crescente nos brejos úmidos característicos da Serra. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois cobertura vegetal de outrora foram substituídas por cafezais, goiabeiras, bananeiras e outras frutas (SETTE, 1956). As matas derrubadas também abasteciam de lenha as locomotivas do trem que ligava Pesqueira ao Recife, “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p.12). Ocorrendo a destruição do patrimônio natural para atender às exigências da lógica econômica em vigor.

A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à agroindústria em Pesqueira, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956, p. 14). O desmatamento acelerado, influenciava nas condições do solo na região, prejudicava desde os pequenos agricultores aos fazendeiros, comprometendo a própria produção industrial.

A criação de gado também era a grande responsável pela degradação na Serra, pois existia “o costume, aliás, já antigo de alguns criadores em soltar os seus gados dentro das ‘mangas’ de ‘refrigérios’ nos brejos úmidos da Ororubá” (SETTE, 1956, p.93).Esses espaços eram locais de clima ameno e irrigados por riachos e fontes de água, onde se concentravam as roças dos pequenos

agricultores, os índios cujas terras eram invadidas pelo gado, principalmente nas épocas de longas estiagens. Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica Peixe possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Mas, era vivenciado o “cruciente problema da água”, agravado na época das secas: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p.94).

Terras indígenas: fertilidade e diversidade no Semiárido pernambucano

Mesmo com as invasões dos latifundiários, em muitos avisos mensais do “Posto Xucuru” enviados a direção central do SPI no Rio de Janeiro, foi citado que, no final da década de 1950, nas terras do antigo Aldeamento de Cimbres na Serra do Ororubá, além da colheita do café, eram produzidas grandes quantidades de farinha de mandioca, feijão, caju, mangas, goiaba e banana, além de verduras e legumes para o consumo. Informações que revelam a fertilidade e a diversidade de culturas, no espaço tão pequeno de 6ha de terras, correspondente ao patrimônio do Posto. Chamando a atenção ainda que, no início de 1959, apenas a farinha e o feijão foram integralmente destinados ao consumo. Nos anos seguintes, as frutas, a mamona e o tomate também foram colhidos em larga escala, assim como considerável parte da produção agrícola nas terras do Posto foi destinada às indústrias na cidade. (SILVA, 2008).

A geografia local era de terras altas, com secas, erosões e um pequeno riacho. Ao enfatizar as “reduzidíssimas lavouras”, o plantio dos cajueiros, mangueiras e o cafezal, Ney Land funcionário do SPI evidenciava em 1965 outra situação, muito diferente de anos passados recentes de considerável produção agrícola, principalmente de frutas. O funcionário afirmou a inexistência de fauna local, apenas de “pássaros para gaiolas”, bem como a ausência de peixes no riacho. E que, além de um hectare cultivado com milho, o Posto tinha 20 pés de abacate, 30 bananeiras, quatro laranjeiras e 30 mangueiras. No ano anterior, a produção de 20 caixas de goiabas fora vendida à fábrica Peixe. (SILVA, 2008).

Outro retrato do Ambiente habitado pelo Xukuru, com uma detalhada riqueza de informações, é encontrado em um Relatório de Estágio de William Ribeiro, em 1971. Em suas observações, Ribeiro enfatizou a grande dimensão da área habitada pelos “remanescentes” Xukuru, afirmado existirem aldeias distantes cerca de 20 km da sede do Posto. Toda a área foi percorrida a cavalo por William, que esteve, dentre outros locais, em Cana Brava, Brejinho e Vila de Cimbres, na Serra do Ororubá. Na pequena parcela de terras de propriedade do Posto havia, além de fruteiras, muitos pés de café, mas descuidados e prejudicados pelo mato daninho. Após a colheita, o terreno seria

preparado para o plantio do café e da mandioca. Na estação chuvosa seriam plantados milho, feijão, maracujá e quiabo, afora goiaba, manga, abacate e jaca, culturas cuja produção encontrava facilmente mercado. Convicto de que, com isso, seriam mudadas as precárias condições de vida dos Xukuru, William afirmava que assim alcançariam o progresso como meta desejada (SILVA, 2008). Todavia, ao observarmos o modelo de produção agroindustrial na região, percebemos que, naquele mesmo período, o cenário para os agricultores Xukuru era muito desfavorável.

A produção agroindustrial e os impactos socioambientais

Durante a década de 1950 crescera consideravelmente a produção agroindustrial em Pesqueira, porém com um elevado custo socioambiental. Na Serra do Ororubá, onde moravam os índios Xukuru, as fazendas de gado, com grande produção leiteira, dividiam os espaços com o plantio de tomates e frutas destinadas às indústrias de na cidade. Os antigos habitantes eram expulsos de suas terras e muitos vieram morar na periferia de Pesqueira, onde alguns se tornaram operários das fábricas instaladas na área urbana da cidade (SETTE, 1956). Miséria para muitos e fartura para poucos. O avanço do latifúndio agroindustrial na Serra do Ororubá provocava a escassez da produção de alimentos destinados à cidade, com a elevação dos preços dos alimentos, a pobreza generalizada e a mendicância acentuada, informava o jornal *Gazeta de Pesqueira*. (SILVA, 2008).

Desde meados da citada década, a fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, na qual situavam-se as “fazendas” de cultivo, com base no trabalho assalariado. A parceria proposta por aquela indústria, no início dos anos 1960, além de fazer parte de um processo de reestruturação da empresa, foi propagada como uma estratégia cujo objetivo fundamental era modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira, outrora saudada como promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional, apresentava seus primeiros sinais de decadência, sendo a perda de lucros e os custos socioambientais considerados naturalmente como remediáveis.

A “parceria agrícola” estabelecida pela fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito, com “deveres e obrigações de ambas as partes”, em que a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação, habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50%, em um preço previamente fixado pela fábrica Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, “recebendo para isso retribuição extra”, não indicada no contrato. Além disso, o agricultor entregaria toda a sua produção, conforme o preço

fixado no contrato, devendo somente plantar na área reservada à lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, “concluída a colheita e de acordo com o plano de pecuária, o gado da empresa possa pastar em toda a área, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte” (FEITOSA, 1985, p.82).

A proposta da fábrica Peixe constituía uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e da manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais em Pesqueira e regiões próximas (FEITOSA, 1985). Os graves problemas sociais eram vistos, antes de tudo, como uma questão de polícia. É sintomático que os recortes de jornais sobre a situação vivenciada no período estejam no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, na documentação dos órgãos de repressão policial na Ditadura Civil-Militar. A fábrica Peixe e as demais indústrias de doces e gêneros alimentícios instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960. Tal situação acentuou-se na década seguinte, em consequência das sucessivas pragas que atingiram a lavoura do tomate, apesar do intenso uso de agrotóxicos que provocaria grave degradação das terras da região. Com as mudanças econômicas, os grandes capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes; com isso, ocorreu a desagregação dos proprietários, a família dos Brito, e a subsequente venda da empresa a um grupo canadense, sendo, por fim, decretada a falência (CAVALCANTI, 1979).

Considerações finais: os indígenas reescrevendo a História no Semiárido

Com as invasões dos fazendeiros e da agroindústria nas terras Xukuru, a situação de penúria indígena durou muitos anos. Em fins de 1990, após a aprovação da Constituição de 1988, a despeito das muitas perseguições e violências, liderado pelo conhecido Cacique Xicão, foi assassinado que em maio de 1998 a mando de fazendeiros, o povo indígena Xukuru do Ororubá mobilizou-se e retomou suas terras invadidas pelos latifundiários, conquistando a demarcação oficial do território indígena em 2001. Uma vez conquistada a terra, os indígenas iniciaram uma experiência de cultivos agroecológicos com resultados exitosos, o que vem garantido a recuperação do solo, o vicejar de matas com o retorno da fauna e a vida indígena com dignidade no Semiárido pernambucano. Famílias Xukuru do Ororubá, na região da Serra com maior umidade e presença de água por mais tempo mesmo em longos períodos de estiagens, vêm desenvolvendo o plantio orgânico de legumes e verduras, postos à venda e disputados pelos consumidores semanalmente nas feiras livres das cidades de Pesqueira e Arcoverde. Após a demarcação, tornaram-se visíveis matas que cresceram em vários pontos do território Xukuru do Ororubá. Com a caça proibida em comum acordo com os indígenas, circulam notícias da presença de veados e outros animais, constatando-se, ainda, uma

diversidade de pássaros considerados extintos. As matas são locais tidos como a Natureza sagrada, morada dos “Encantados” cultuados pelo Xukuru do Ororubá, que se reinventam e reescrevem a História como um povo indígena no Semiárido nordestino.

Referências

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 6ª ed. Recife: Edufpe, 1998.

CAVALCANTI, C. M. de L. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**. Recife: UFPE, 1979 (Dissertação Mestrado em Economia).

FEITOSA, R. J. R. **Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate me Pesqueira/PE**. Recife: UFPE, 1985. (Dissertação Mestrado em Sociologia).

GALVÃO, S. V. **Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1908.

MELLO, J. A. G. de. **Da Inquisição ao Império**. Recife: Edufpe, 2004.

MELO, M. L. **Os agrestes**. Recife: SUDENE, 1980.

SETTE, H. **Pesqueira**: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais. Recife: Colégio Estadual de Pernambuco, 1956.

SOBRINHO, V. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Condepe, 2005.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá Pesqueira/PE, 1950-1988**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008 (Tese Doutorado em História Social).

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Ofício de Henrique Milet ao Ministro da Agricultura. Códice Diversos, D38, Recife, 18 mar. 1882.

